

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/26825	34541/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Braga tem promovido uma forte aposta na sua vertente internacional, aderindo a várias redes e organizações complementares no seu âmbito e alcance geográfico. Desta feita, a adesão de Braga à CityNet representa a continuidade desta mesma aposta.

A CityNet é uma associação de stakeholders urbanos comprometidos com o desenvolvimento sustentável das cidades, estabelecida na região do Ásia-Pacífico. Esta associação conta com mais de 160 municípios enquanto membros, potenciando as possibilidades de os mesmos se articularem em projetos de capacity building, assim como através de cooperações bilaterais ou multilaterais. A CityNet tem diversas categorizações de membros, entre os quais 'Membros Plenos' e 'Membros Associados'. A primeira está restringida a cidades geograficamente localizadas na área do Ásia-Pacífico. Já a segunda permite a incorporação de cidades de qualquer parte geográfica do mundo, com algumas diferenças a serem estabelecidas no que contende com procedimentos internos da associação. É na categoria de 'Membros Associados' que Braga se pode inserir.

Braga recebeu recentemente uma delegação da CityNet, à qual foram apresentadas as múltiplas potencialidades do nosso território e do nosso dinâmico tecido empresarial. Esta visita permitiu identificar vários pontos de interesse comum, que motivaram a delegação a formalizar um convite para que Braga se tornasse uma das primeiras cidades europeias a integrar esta rede asiática de cidades.

A adesão de Braga à CityNet representa uma oportunidade estratégica para projetar a cidade num plano geopolítico global, alcançando uma parte do globo na qual Braga está agora a desenvolver novas parcerias. Posiciona também a cidade como uma ponte entre a Europa e o espaço Ásia-Pacífico, criando uma plataforma única para a diplomacia urbana e o intercâmbio de boas práticas globais. Esta ligação estratégica confere a Braga um papel



de relevo como cidade europeia com capacidade de influência em fóruns de decisão urbana transcontinentais.

Além disso, a integração de Braga na CityNet pode potenciar o acesso a projetos piloto de inovação urbana, formações especializadas para técnicos municipais e financiamentos multilaterais, reforçando a capacidade do município de responder a desafios urbanos complexos com soluções testadas e adaptadas. Esta cooperação proporcionará ainda transferência de conhecimento técnico em áreas como mobilidade urbana, smart cities, gestão ambiental e adaptação às alterações climáticas, bem como a promoção da economia local através da participação em feiras, missões empresariais e plataformas de networking.

A adesão à CityNet está também alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente o ODS 11 (“Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”), bem como com a Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat.

Este passo insere-se plenamente no quadro legal nacional, nomeadamente no disposto no artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação atualizada), que estabelece que os municípios dispõem de atribuições no domínio da cooperação externa e promoção do desenvolvimento – cf. alíneas m) e p) do n.º 2 do mencionado normativo.

Neste contexto, Braga está a criar novas pontes de diálogo e colaboração com o continente asiático, explorando sinergias em áreas estratégicas como a sustentabilidade, ambiente, economia, cultura, turismo, educação e urbanismo. Esta cooperação não só reforça a presença de Braga no panorama internacional, como abre horizontes inovadores para políticas públicas mais eficazes e inclusivas, em linha com as competências e responsabilidades que a lei reconhece aos municípios portugueses.

Importa ainda salientar que Braga, com a sua forte identidade cultural, reconhecida qualidade de vida e crescente ecossistema de inovação e tecnologia, traz à CityNet uma perspetiva europeia enriquecedora. A cidade contribuirá para o diálogo intercontinental com experiências concretas de políticas públicas participativas e desenvolvimento urbano sustentável.

Em suma, a adesão de Braga à CityNet não só é coerente com a estratégia internacional já em curso, como representa uma oportunidade singular de afirmação da cidade num contexto global, garantindo o acesso a uma rede influente de cidades comprometidas com o futuro sustentável, resiliente e colaborativo das áreas urbanas.

ANTE O EXPOSTO, PROPÕE-SE:

1. AO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE DELIBERE SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do disposto no artigo 60.º e do n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais):

a) A adesão do Município de Braga à ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL CITYNET, NA QUALIDADE DE MEMBRO ASSOCIADO;



b) A autorização para realização de despesa (anual) no montante de cerca de 700 dólares, passíveis de conversão em euros;

c) A aceitação da carta constitutiva da referida rede.

2. Posteriormente, DEVERÁ A PROPOSTA DE ADESÃO SER SUBMETIDA A FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS, nos termos previstos no art. 44º, nº 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 12/08/2025

Nº Processo: 33201/2025

Processo: Adesão do Município de Braga à CITYNET

Braga tem promovido uma forte aposta na sua vertente internacional, aderindo a várias redes e organizações complementares no seu âmbito e alcance geográfico. Desta feita, a adesão de Braga à CityNet representa a continuidade desta mesma aposta.

A CityNet é uma associação de stakeholders urbanos comprometidos com o desenvolvimento sustentável das cidades, estabelecida na região do Ásia-Pacífico. Esta associação conta com mais de 160 municípios enquanto membros, potenciando as possibilidades de os mesmos se articularem em projetos de capacity building, assim como através de cooperações bilaterais ou multilaterais. A CityNet tem diversas categorizações de membros, entre os quais 'Membros Plenos' e 'Membros Associados'. A primeira está restringida a cidades geograficamente localizadas na área do Ásia-Pacífico. Já a segunda permite a incorporação de cidades de qualquer parte geográfica do mundo, com algumas diferenças a serem estabelecidas no que contende com procedimentos internos da associação. É na categoria de 'Membros Associados' que Braga se pode inserir.

Braga recebeu recentemente uma delegação da CityNet, à qual foram apresentadas as múltiplas potencialidades do nosso território e do nosso dinâmico tecido empresarial. Esta visita permitiu identificar vários pontos de interesse comum, que motivaram a delegação a formalizar um convite para que Braga se tornasse uma das primeiras cidades europeias a integrar esta rede asiática de cidades.

A adesão de Braga à CityNet representa uma oportunidade estratégica para projetar a cidade num plano geopolítico global, alcançando uma parte do globo na qual Braga está agora a desenvolver novas parcerias. Posiciona também a cidade como uma ponte entre a Europa e o espaço Ásia-Pacífico, criando uma plataforma única para a diplomacia urbana e o intercâmbio de boas práticas globais. Esta ligação estratégica confere a Braga um papel de relevo como cidade europeia com capacidade de influência em fóruns de decisão urbana transcontinentais.

Além disso, a integração de Braga na CityNet pode potenciar o acesso a projetos piloto de inovação urbana, formações especializadas para técnicos municipais e financiamentos multilaterais, reforçando a capacidade do município de responder a desafios urbanos complexos com soluções testadas e adaptadas. Esta cooperação proporcionará ainda transferência de conhecimento técnico em áreas como mobilidade urbana, smart cities, gestão ambiental e adaptação às alterações climáticas, bem como a promoção da economia local através da participação em feiras, missões empresariais e plataformas de networking.

A adesão à CityNet está também alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente o ODS 11 ("Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis"), bem como com a Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat.

Este passo insere-se plenamente no quadro legal nacional, nomeadamente no disposto no artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação atualizada), que estabelece que os municípios dispõem de atribuições no domínio da cooperação externa e promoção do desenvolvimento – cf. alíneas m) e p) do n.º 2 do mencionado normativo.



Neste contexto, Braga está a criar novas pontes de diálogo e colaboração com o continente asiático, explorando sinergias em áreas estratégicas como a sustentabilidade, ambiente, economia, cultura, turismo, educação e urbanismo. Esta cooperação não só reforça a presença de Braga no panorama internacional, como abre horizontes inovadores para políticas públicas mais eficazes e inclusivas, em linha com as competências e responsabilidades que a lei reconhece aos municípios portugueses.

Importa ainda salientar que Braga, com a sua forte identidade cultural, reconhecida qualidade de vida e crescente ecossistema de inovação e tecnologia, traz à CityNet uma perspetiva europeia enriquecedora. A cidade contribuirá para o diálogo intercontinental com experiências concretas de políticas públicas participativas e desenvolvimento urbano sustentável.

Em suma, a adesão de Braga à CityNet não só é coerente com a estratégia internacional já em curso, como representa uma oportunidade singular de afirmação da cidade num contexto global, garantindo o acesso a uma rede influente de cidades comprometidas com o futuro sustentável, resiliente e colaborativo das áreas urbanas.



ACHR
ACHN
AIIISG
AMC
ASAG
Banda Aceh
Baguio
Balanga
Baikpapan
Banjarbaru
Bandung
Bangkok
Banjar
Barisal
Bharatpur
Biratnagar
Birgunj
Bogor
Busan
Butwal
CAPI
Cauayan
Climate Campaign
Colombo
CUS
Da Nang
Dehiwala-Mt. Lavinia
Dengasar
Dhaka North
Dhaka South
Dharan
Dharmagiri
DMMMSU
Erdene
Freedom to Build
FSO
Galle
GCB
GDF
Godawari
Guo
Gwangju-gu
Hai Phong
Hanoi
HELP-O
Hetauda
Ho Chi Minh
HUCCO
Hue
ICDI
IGES
Iloilo
Incheon
INSEC
InnoCSR
Inga
Islamabad
ITDP
Jakarta
Jambi
JBUMFU
Jeju
Jungnang-gu
Kandy
Kashigang
Kathmandu
KDDI
Khuina
KSCC
Kuala Lumpur
Lalitpur
LCP
Legazpi
LGA
LSTWSSUC
Lumant
MAB
Makassar
Makati
Mandaue
Marikina
Masbate
MCUD
MESN
Metro (Seoul)
Mahalakini
MSO
MSSS
Moratuwa
MU
MUN
Mumbai
Muntinlupa
NAST
Naga
Nanchang
Nanjing
Naranyaganj
Negombo
Nepalgunj
NMLT
NSET
OPPRIT
Pangkal Pinang
PASCAL
Penang Island
Phnom Penh
PREDAR
Plus Arts
Pokhara
Perbadanan Putrajaya
Quason
Rajshahi
RAJUK
RMS
San Fernando
SDS
Sebarang Perai
Semarang
Sodeamun
Seongdong
Seoul
SEVANATHA
Shanghai
Siddharthnagar
Sidoarjo
Songpa
Sorsogon
SPARC
Sri Jayawardenapura Kotte
Santa Rosa
Subang Jaya
Sukabumi
Surabaya
Suva
Suwon
Sydney
Taichung
Taipei
Tam Ky
Tansen
Tarakon
Tarlac
Tasikmalaya
Tayouan
Tehran District 2
TEI
Tuguegarao
Tsimshu
ThinkCity
TIRITAN
Temple University
Ulaanbaatar
URDI
WRI China
Wuhan
YCU
YOKE
Yokohama
YUYA

CITYNET

THE REGIONAL NETWORK OF LOCAL AUTHORITIES FOR THE MANAGEMENT OF HUMAN SETTLEMENTS

10F, Seoul Global Center
38 Jongno, Jongno-gu, Seoul, Republic of Korea
TEL: (82-2) 723-0638
FAX: (82-2) 723-0640
E-mail: membership@citynet-ap.org
<http://www.citynet-ap.org>

04 April 2025
LO25-02 (305)

INVOICE of CityNet Annual Membership Fee for 2025

Braga Municipality (Code No:305)

is requested to pay the amount shown below as the CityNet Annual Membership Fee
for the year 2025:

US\$700 (US Dollars Seven Hundred Only)

- Membership Fee for Year 2025: US\$700

Please note that the **payment through bank transfer** is highly requested.

The bank detail is as follows:

Name of Bank	: Woori Bank
Branch Name	: Seoul City Hall BR.
Bank Address	: Taepyeongno 1-ga, Jung-gu, Seoul, Korea
Account Name	: CityNet
Account Number	: 1081-300-744391 (ordinary account in USD)
Swift Code	: HVBKRRSEXXX

- We would appreciate it if your city/organisation indicates the above Code Number and Name of City/Org. in your message of bank transaction.
- In case of payment by bank draft, please **add US\$30** to the invoice amount for its clearance.
- Bank handling/lifting charges for this transaction shall be borne by each member.
- The payment is due on **31 JULY 2025** in US Dollars.

CityNet Secretariat General Vijay Jagannathan



CityNet

The Regional Network of Local Authorities
for the Management of Human Settlements

Note: To enable members to make budgeting provisions for the year 2026, the Secretariat has calculated the membership fee based on the data from the previous year's World Bank World Development Indicators for GDP per capita and the recent self-declaration or the statistics from UN data for city population. Based on this formula, **the membership fee of your organisation for the year 2026 will be US\$700.**



Consolidated Statements of Financial Position

December 31, 2022 and 2021

(In UN Dollars)

	Note	2022	2021
ASSETS			
Current Assets			
Cash and Cash Equivalents	3, 5	694,103.94	599,671.37
Short-term financial instruments	6	63,950.32	67,680.11
Accounts Receivable	3, 7	53,678.89	215,235.85
Prepaid Expenses	8	17,467.56	18,880.20
Other Current Assets	3, 9	838.36	295.07
Total Current Assets		830,039.07	901,762.60
Non-Current Assets			
Benefit plan asset	14	-	-
Tangible assets	3, 10	527.26	998.35
Intangible assets	3, 11	0.79	0.84
Total Non-Current Assets		528.05	999.19
Total Assets		830,567.12	902,761.79
LIABILITIES AND NET ASSETS			
Current Liabilities			
Accounts Payable	3, 12	9,260.90	33,354.05
Other liabilities	3, 13	5,956.21	9,277.76
Total Current Liabilities		15,217.11	42,631.81
Non-Current Liabilities			
Accrued Severance Indemnities, net	3, 14	57,948.11	6,649.98
Total Non-Current Liabilities		57,948.11	6,649.98
Total Liabilities		73,165.22	49,281.79
Net Assets		757,401.90	853,480.00
Total Liabilities and Net Assets		830,567.12	902,761.79

See accompanying Notes to Consolidated Financial Statements.



Rede Regional de Autoridades Locais para a Gestão de Assentamentos Humanos (CITYNET)

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira

31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em dólares das Nações Unidas)

ATIVOS

Ativos Correntes

Caixa e equivalentes de caixa: 711.477,76 (2023) | 673.215,73 (2022)

Instrumentos financeiros de curto prazo: 62.827,22 | 63.950,32

Contas a receber: 183.329,68 | 134.664,19

Despesas antecipadas: 17.085,30 | 17.467,56

Outros ativos correntes: 1.821,98 | 838,36

Total de ativos correntes: 976.541,94 | 890.136,16

Ativos Não Correntes

Ativos tangíveis: 5.216,08 | 3.997,52

Ativos intangíveis: 2.964,54 | 3.995,93

Total de ativos não correntes: 8.180,62 | 7.993,45

Total do ativo: 984.722,56 | 898.129,61

PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS

Passivos Correntes

Fornecedores e contas a pagar: 13.096,03 | 9.260,90

Outros passivos: 2.504,61 | 5.956,21

Total de passivos correntes: 15.600,64 | 15.217,11

Passivos Não Correntes

Indemnizações por cessação acumuladas, líquidas: 38.008,69 | 57.948,11



Total de passivos não correntes: 38.008,69 | 57.948,11

Total do passivo: 53.609,33 | 73.165,22

Fundos próprios: 931.113,23 | 824.964,39

Total do passivo e dos fundos próprios: 984.722,56 | 898.129,61



Consolidated Statements of Financial Position

December 31, 2023 and 2022

(In UN Dollars)

	Note	2023	2022
ASSETS			
Current Assets			
Cash and Cash Equivalents	3, 5	711,477.76	673,215.73
Short-term financial instruments	6	62,827.22	63,950.32
Receivables	3, 7	183,329.68	134,664.19
Prepaid Expenses	8	17,085.30	17,467.56
Other Current Assets	3, 9	1,821.98	838.36
Total Current Assets		976,541.94	890,136.16
Non-Current Assets			
Tangible assets	3, 10	5,216.08	3,997.52
Intangible assets	3, 11	2,964.54	3,995.93
Total Non-Current Assets		8,180.62	7,993.45
Total Assets		984,722.56	898,129.61
LIABILITIES AND NET ASSETS			
Current Liabilities			
Accounts Payable	3, 12	13,096.03	9,260.90
Other liabilities	3, 13	2,504.61	5,956.21
Total Current Liabilities		15,600.64	15,217.11
Non-Current Liabilities			
Accrued Severance Indemnities, net	3, 14	38,008.69	57,948.11
Total Non-Current Liabilities		38,008.69	57,948.11
Total Liabilities		53,609.33	73,165.22
Net Assets		931,113.23	824,964.39
Total Liabilities and Net Assets		984,722.56	898,129.61

See accompanying Notes to Consolidated Financial Statements.



THE CHARTER

OF

THE REGIONAL NETWORK OF LOCAL AUTHORITIES FOR

THE MANAGEMENT OF HUMAN SETTLEMENTS



PREAMBLE

WHEREAS rapid urbanisation and increasing population in the region of Asia and the Pacific has significantly contributed to the deterioration of living conditions in urban areas;

WHEREAS there is an urgent need in many cities in the region to cope with this trend through effective management of human settlements;

WHEREAS cities in the region of Asia and the Pacific, despite the scarcity of technical expertise and financial resources, share a common conviction that all citizens should enjoy a quality of life to be sustained by the fulfilment of basic human needs;

WHEREAS the cities have also demonstrated viable experience in urban management, which holds promise of being shared by other cities;

WHEREAS the Regional Congress of Local Authorities for Development of Human Settlements in Asia and the Pacific held at the City of Yokohama, Japan, in 1982, under the sponsorship of the United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP), the United Nations Centre for Human Settlements (Habitat) and the City of Yokohama, stressed the need to enhance co-operation and effective linking of local authorities for the development of human settlements and to promote consultation between them and non-governmental organisations;

WHEREAS the participants in the Second Congress of Local Authorities for Development of Human Settlements in Asia and the Pacific held at the City of Nagoya, Japan, organised jointly by ESCAP and the City of Nagoya agreed, through the Nagoya Declaration adopted on 27 July 1987, to the establishment of the Regional Network of Local Authorities for the Management of Human Settlements;

WHEREAS the Economic and Social Commission for Asia and the Pacific at its forty-fourth session held at Jakarta, Indonesia, in 1988, endorsed the Nagoya Declaration, and since then the initial activities under the above Network have already been successfully executed by ESCAP with financial support from the United Nations Development Programme (UNDP) and based on initiatives and contributions of the initial participating bodies of the Network;

RECOGNISING the promotional role of ESCAP in the establishment of the above Network and thus wishing to maintain its close linkage with ESCAP to ensure effective implementation of activities and enhance its international status;

NOW THEREFORE WE, representatives of city authorities, non-governmental organisations, institutes and agencies, in order to formalise the establishment and membership of the Network of Local Authorities for the Management of Human Settlements in Asia and the Pacific, do hereby ordain this Charter, on this second day of November 1989 in the City of Shanghai, People's Republic of China.

ARTICLE I

NAME, LOCATION, OBJECTIVES AND FUNCTIONS

Section 1: Name

This entity shall be named the Regional Network of Local Authorities for the Management of Human Settlements (hereinafter referred to as "the Network").

Section 2: Acronym

The acronym of the Network shall be CITYNET.

Section 3: Status

The Network shall be a non-profit-making international association.

Section 4: Seat of office

The General Council of the Network shall decide the location of the seat of the Network in a city of one of its members.

Section 5: Objectives

The general objectives of the Network shall be:

- (a) To enhance mutual understanding and establish technical co-operation in the region of Asia and the Pacific between and among member cities, including relevant non-governmental organisations, institutions and agencies;
- (a) To strengthen the institutional and technical capabilities of the member cities as well as non-governmental organisations in the region in the effective management of human settlements.



Section 6: Functions

Towards the attainment of its objectives, the Network shall, as its major function:

- a) Promote technical co-operation among developing countries between Network members, for the exchange of experience and information in the field of human settlements development and management.
- b) Promote technical co-operation among Network members in developed countries and those in developing and developed countries in the region in the field of human settlements development and management. The term “developing countries” in the region of Asia and the Pacific does not include Australia, Japan or New Zealand.

Section 7: Activities

In order to perform the above functions, the Network shall organise programmes of technical advisory services, training, study tours, research studies, preparation and dissemination of documentation on development experience and information exchange in the field of human settlements development and management, to be participated in by network members; it shall also develop and maintain a regional databank and issue a newsletter.

The Network may also organise any other activities as may be deemed necessary from time to time, for the purpose of attaining its objectives.

ARTICLE II DEFINITION OF CITY AND THE REGION

Section 1: The city

The term “city” shall mean and include any urban local authority.

Section 2: The region of Asia and the Pacific

In this Charter, the term “the region of Asia and the Pacific” shall be understood to mean and to include all the countries and territories situated in the region of Asia and the Pacific which are, or may from time to time become, members or associate members of ESCAP.

ARTICLE III ORGANISATION

Section 1: Organisation

For the administration of the Network, there shall be a General Council, an Executive Committee, a Secretary-General, and such regional centres and ad hoc committees as may be established by the Network for the purpose of attaining its objectives. The Network may establish any number of committees, including an Election Committee for purpose of attaining its objectives. The Election Committee shall be responsible for conducting the election of all posts and office bearers of the Network obtaining in the Charter of the Network.

Section 2: Juridical personality

The Network shall be registered in the countries of its members as a juridical person in accordance with the applicable laws of the country concerned.

ARTICLE IV MEMBERSHIP

Section 1: Composition

The Network shall be composed of full members, associate members, individual members and corporate members. Full members shall be composed of city authorities in the region of Asia and the Pacific. Associate members shall consist of relevant non-governmental organisations, institutions, agencies, individuals and corporations from within and outside the region. City authorities from outside the region of Asia and the Pacific may also become associate members. An associate member shall not have a vote at the meetings of the General Council, except in electing the members of the Executive Committee. Individual and corporate members shall not have a vote at the meetings of the General Council nor be eligible to hold any position or office created by the Charter.

Section 2: Eligibility

Any city authorities, non-governmental organisations, institutions, agencies, individuals and corporations whose goals and activities promote the objectives of the Network shall be eligible for Network membership and for membership of the Executive Committee with the exception of individual and corporate members who shall not be eligible to hold any position or office created by the Charter.



Section 3: Admission

Admission to full, associate, individual and corporate membership shall be decided on by the Executive Committee. Application for admission shall be addressed to the Secretary-General by a duly accredited representative of the body seeking membership. The membership shall become effective on the date of its approval. A candidate who is not accepted as a member shall have the right of appeal to the General Council which shall take a decision at its next meeting and whose decision shall be final.

Section 4: Accredited representatives

The city mayors or its equivalent and the heads of non-governmental organisations, agencies and institutions shall be the duly accredited representatives to the Network. The duly accredited representatives may designate their representatives to attend meetings on their behalf. Duly accredited representatives may also designate a focal point or contact person to whom Network matters can be delegated for appropriate action.

Section 5: Honorary membership

The General Council may confer honorary membership upon individuals who have made distinguished contributions to the Network or to the promotion of human settlements management at local level in the region.

Section 6: The CityNet President Emeritus

The General Council may confer "President Emeritus" status to a City Full Member which has served as Host City to the CityNet Network and which has made distinguished and outstanding contribution to the Network as a Host City and as a Member of the Network.

ARTICLE V GENERAL COUNCIL

Section 1: Composition

The General Council shall be constituted by the gathering of full and associate members as defined in article IV, section 1 hereof.

Section 2: General Council meeting

The General Council shall be convened by the President to meet once in every four years at an appropriate place and date to be determined or fixed by the Executive Committee. All such meetings shall be convened and termed as the Congress of the Network of Local Authorities for the Management of Human Settlements. It may also meet in extraordinary session upon convocation by the Executive Committee or upon the specific request of one half of the members of the Network.

Section 3: General Council President

The General Council shall, at each regular session, elect a President and a first and a second Vice-Presidents. They shall hold office until the next regular session of the General Council. The President or, in his/her absence, the First Vice-President shall preside at meetings of the General Council. If both are absent, the Second Vice-President shall preside.

Section 4: Powers of the General Council

The General Council shall establish the policies of the Network. It shall review and appraise the activities of the Network and extent of the financial resources available to the Network. It shall approve medium-term plans of work on a quadrennial basis for the Network and evaluate the implementation of such plans. It shall elect the members of the Executive Committee, the Secretary-General, the Auditor and Election Committee for conducting elections for all posts and office bearers of the Network obtaining the Charter of the Network.

Section 5: Resolving questions and quorum

Subject to article VIII, section 2, decisions of the General Council shall be made by consensus or, where this is not possible, by a majority of the full members present and voting. Full members are entitled to one vote each. A quorum for the General Council shall be one third of its total membership, provided this one third includes at least half of its full members.

ARTICLE VI THE EXECUTIVE COMMITTEE

Section 1: Composition

The Executive Committee shall be composed of the President of the General Council, the two Vice Presidents, the President Emeritus, and nine other members, of which not less than five shall be full members and the others may be associate members, as defined in article IV, section 1 hereof. The Executive Committee shall, notwithstanding section 1 of this article, include as a member a representative of the host city authority providing host facilities to the Secretariat of the Network. The President Emeritus and the host city authority shall, as a member of the committee, hold the same



and privileges as the other members of the committee. In electing members of the Executive Committee, a wide geographic representation shall be sought.

Section 2: Single representation

Each member of the Executive Committee shall have only one representative.

Section 3: Chairman and Vice-Chairman

The Executive Committee is chaired by the President. The Executive Committee shall elect from its own members a Vice-Chairman who shall assist the Chairman and shall act in the absence of the latter during committee meetings or in the conduct of Committee business.

Section 4: Term of Office

Subject to the provision of section 5 of this article, a member of the Executive Committee shall hold office for a period of four years. If during their terms of office any members of the Executive Committee cease to be the accredited representatives of their respective authorities or organisations, they shall cease to be members of the Executive Committee. In that case, the Executive Committee may co-opt a substitute member nominated by the same authority or organisation who shall hold office for the remainder of the term of office of his/her predecessor.

Section 5: Election

Members of the Executive Committee shall be elected by the General Council for a term of four years and are eligible for re-election.

Section 6: Powers and functions

The Executive Committee shall be responsible for the execution of policies established by the General Council. It shall formulate biennial programmes of work for the Network in accordance with medium-term plans adopted by the General Council. It shall raise funds required for the operation of the Network. It may also take such action and measures as are deemed appropriate in the interests of the Network.

Section 7: Meetings

The President, in his/her capacity as chairman of the Executive Committee, shall convene meetings of the Executive Committee. The Executive Committee shall meet at least once in two years at any city as may be convenient. Decisions of the Executive Committee shall be taken by a vote of the majority of its members present.

Section 8: Advisers

The Executive Committee may appoint individual experts as its technical advisers and may invite them to attend its meetings.

ARTICLE VII THE SECRETARIAT

Section 1: Composition

The Network Secretariat shall be headed by a Secretary-General who may be assisted by an Under-Secretary-General and secretariat staff.

Section 2: Election, Term and Conditions of Service

The Secretary-General shall be elected by the General Council for a term of four (4) years or for a term not exceeding four years as the General Council may deem fit. The procedure for the election of the candidates to the position of Secretary-General shall be established by the Executive Committee, at least one (1) year prior to the meeting of the General Council. The terms and conditions of service governing all Secretariat staff, including the Secretary-General, shall also be established by the Executive Committee. The Secretary-General shall appoint and dismiss Secretariat staff subject to ratification by the Executive Committee.

Section 3: Responsibilities

The Secretary-General shall be responsible to the Executive Committee and the General Council for:

- a) Administration of the activities of the Secretariat;
- b) Execution of decisions and instructions of the General Council and Executive Committee;
- c) Co-ordination of any standing committees;
- d) Preparation for and servicing meetings of the General Council and Executive Committee;
- e) Communications concerning the activities of the Network;
- f) Submission of an annual report on the activities of the Network to the Executive Committee at year end;
- g) Preparation of medium-term plans and biennial programmes of work.



Section 4: Other duties

The Secretary-General shall also act as Treasurer of the Network and shall, in this capacity, be responsible to the Executive Committee for:

- a) Maintaining financial accounts for annual audit. For this purpose, the Executive Committee may authorise the
- b) Secretary-General to engage the services of an independent firm to audit and to certify the financial statement of the Network, notwithstanding the provisions of article IX, section 6 of this Charter.
- c) Submitting an annual statement of account;
- d) Submitting to its biennial meeting financial estimates for the forthcoming two-year period.

ARTICLE VIII WITHDRAWAL, SUSPENSION and TERMINATION

Section 1: Withdrawal

Any member may withdraw its membership from the Network by sending to the Secretary-General notification of withdrawal by its accredited representative, upon the settlement of any outstanding financial obligations. The notification should reach the Secretary-General before 30 June, to be valid for the following year.

Section 2: Suspension

Any member whose conduct proves incompatible with the objectives of the Network may have its membership suspended. Each suspension shall be decided by a simple majority of the votes cast in the Executive Committee Meeting. A suspended member has the right of appeal to the General Council and the decision shall be made by a two-thirds majority of the votes cast.

SECTION 3: TERMINATION

1) A member whose membership is suspended for a period of one year or more under the provision of Section 2 hereof shall ipso facto cease to be a member of the Network unless such suspension is earlier revoked by the Executive Committee.

2) A member whose conduct proves incompatible with the objectives of the Network shall notwithstanding Section 3 (1) be liable to termination of membership. Such termination shall be decided by a simple majority of the votes cast in the Executive Committee Meeting. A terminated member has the right of appeal to the General Council and any decision allowing such appeal shall be made by a two-third majority of the votes cast.

ARTICLE IX RESOURCES OF THE NETWORK

Section 1: Financial resources

The financial resources of the Network shall comprise:

- a) The membership fees of the full members;
- b) The subscriptions of the associate members;
- c) The admission fees and subscriptions of Individual and Corporate members;
- d) Voluntary contributions of the members;
- e) Funds received from Governments of States, from international and national organisations, and from approved private institutions and organisations;
- f) Income from activities such as the sale of publications, and contracts.

Section 2: Other resources

The Network may also receive contributions of a non-financial nature.

Section 3: Membership fees

The membership fees of the full members shall be determined by the General Council, with due regard to the financial capability of the members. Such fees shall be payable at the beginning of each fiscal year in currencies to be determined by the Executive Committee.

Provided that the Executive Committee may at its sole discretion remit, reduce and or commute either for any period of time or otherwise the annual fee payable by any member for purposes of alleviating economic and financial hardship to any member or members for the purpose of rectifying any anomaly.

Section 4: Subscriptions

The subscriptions of the associate members, admission fees and subscriptions of individual and corporate members, shall



decided by the Executive Committee, based on the nature and financial capability of associate, individual and corporate members.

Section 5: Fiscal year of the Network

The fiscal year of the Network shall begin on the first of January and end on the thirty-first of December of every year.

Section 6: Network accounts

The accounts of the Network shall be audited annually by an authorised auditor.

Section 7: Financial review

The General Council shall at each session review the state of the resources of the Network on the basis of the report of the Secretary-General, and make such recommendations as it may deem appropriate, to ensure that timely and adequate resources are always available to the Network for the implementation of its programmes.

Section 8: Network fiscal policy

The Network shall be administered on a sound economic and financial basis.

ARTICLE X LEGAL MATTERS

Section 1: Authorised officer

Legal matters committing the Network are to be conducted on its behalf by the President or by the Secretary-General upon proper authorisation indicated in an appropriate decision of the Executive Committee.

Section 2: Attestation and signature of documents

Any documents of the General Council or the Executive Committee, if designed by the President or the Secretary-General, shall be deemed to have been duly signed by or on behalf of the General Council or the Executive Committee without further proof.

Section 3: Common seal

The Network shall have a common seal and such common seal shall be in the custody of the Secretary-General, and shall be affixed in the presence of the President and the Secretary-General.

Section 4: Network policy on dispute

It shall be the policy of the Network to settle amicably any dispute arising from its business transactions and operations. Court litigation shall be resorted to only if arbitration and other modes of settling disputes amicably have failed.

ARTICLE XI RELATIONS WITH THE UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC (ESCAP)

Section 1: Relations with ESCAP

The Network shall establish and maintain a close consultative, co-operative and working relationship with ESCAP.

Section 2: Relationship modalities

The Network may enter into an agreement with ESCAP on the modalities of that relationship.

Section 3: ESCAP co-operation

The Network may seek ESCAP assistance in formulating its work programme and project proposals and in implementing such activities designed to achieve the objectives common to ESCAP and the Network.

Section 4: Report on activities

The Network shall submit a report on its activities to the Executive Secretary of ESCAP each year.

ARTICLE XII RELATIONS WITH OTHER UNITED NATIONS BODIES, SPECIALISED AGENCIES AND OTHER INTERNATIONAL INSTITUTIONS

Section 1: Other Network relations

The Network may establish and maintain such relations as it may deem appropriate with other United Nations bodies and



specialised agencies and other international institutions, particularly international associations of local authorities which could be affiliated with the Network.

ARTICLE XIII NATIONAL CHAPTERS

Section 1: Establishment of National Chapters

The Executive Committee of the Network may approve the setting up of National Chapters of the Network subject to and upon such terms and conditions as the Network may decide.

Section 2: Membership of National Chapters

Membership of a National Chapter shall be confined to city authorities and non-governmental organisations, institutions and agencies who are accredited members of the Network and who are located within the area of the country where any National Chapter is established.

Provided that membership may be accorded to any other city authority, non-governmental organisation, institution and or agency at the sole discretion of the Network on the recommendation of the National Chapter.

Section 3: Organisation

For administration of the National Chapter, there shall be a National Centre; such a National Chapter may have any number of sub-centres and it may establish and or constitute such number of committees or subcommittees it considers necessary for the purpose of discharging its functions and duties.

Section 4: Juridical Personality

The National Chapter shall be registered in the country of its establishment as a juridical person in accordance with the law of that country.

Section 5: Powers and Functions

Every National Chapter shall be responsible for the carrying out of policies of the Chapter and may establish its own rules and regulations for the conduct of its affairs, provided that such rules and regulations shall be void to the extent that they are inconsistent with the Charter of the Network.

Section 6: Delegation of Functions

The Network may delegate and empower any National Chapter to undertake and discharge any of its functions and activities, subject to and upon terms and conditions as may be decided by the Network.

Section 7: Dissolution

The National Chapter may be dissolved in the following manner:

(I) The Executive Committee may rescind the establishment of a National Chapter at any time without cause being stated, and such rescission shall not be subject to review by any court of law in any country whatsoever. However, in exceptional circumstances, the Network may require cause to be shown prior to rescinding the establishment of any National Chapter. The Network shall not be liable to indemnify such dissolved National Chapter for any loss or damages sustained by such dissolution.

(II) The dissolution of the National Chapter may be resolved by the National Chapter convened for this purpose, with a three-fourths majority vote of the members of the National Chapter present and voting at such meeting.

ARTICLE XIII ADOPTION OF THE CHARTER

Section 1: Minimum number of signatories

There shall be at least ten full members as signatories to the adoption of this Charter and it shall immediately become effective after its adoption.

ARTICLE XIV AMENDMENT OF THE CHARTER

Section 1: Decisions on amendments

The present Charter may be amended by the General Council at its meeting by a two-thirds majority of the full members the General Council present and voting.



Section 2: Amendments into effect

Any amendment of the Charter becomes effective immediately upon adoption by the General Council.

ARTICLE XV DISSOLUTION

Section 1: General Council proclamation

The dissolution of the Network may be proclaimed by the General Council convened for this purpose, with a three-fourths vote of the full members of the Network present and voting at such meeting.

Section 2: Liquidation of assets

In case of dissolution, the Network assets shall be allocated in accordance with the specific wishes of the General Council, to an organisation having a similar purpose or to other recipients considered to meet the objectives of the Network.

Note:

The amendment of the Charter became effective immediately upon adoption by the Second General Council on 22 November 1993.

The amendment of the Charter became effective immediately upon adoption by the Third General Council on 25 November 1997.

The amendment of the Charter became effective immediately upon adoption by the Fourth General Council on 1 November 2001.

The amendment of the Charter became effective immediately upon adoption by the Fifth General Council on 13 October 2005.

The amendment of the Charter became effective immediately upon adoption by the Eight General Council on 7 November 2017.

The amendment of the Charter became effective immediately upon adoption by the Ninth General Council on 22 September 2022.



CARTA CONSTITUTIVA

DA REDE REGIONAL DE AUTORIDADES LOCAIS PARA A GESTÃO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS

PREÂMBULO

CONSIDERANDO que a rápida urbanização e o aumento populacional na região da Ásia e do Pacífico contribuíram significativamente para a deterioração das condições de vida nas áreas urbanas;

CONSIDERANDO que existe uma necessidade urgente em muitas cidades da região de enfrentar esta tendência através de uma gestão eficaz dos assentamentos humanos;

CONSIDERANDO que as cidades da região da Ásia e do Pacífico, apesar da escassez de conhecimentos técnicos e recursos financeiros, partilham a convicção comum de que todos os cidadãos devem desfrutar de uma qualidade de vida sustentada pelo cumprimento das necessidades humanas básicas;

CONSIDERANDO que as cidades também demonstraram uma experiência viável na gestão urbana, que promete ser partilhada com outras cidades;

CONSIDERANDO que o Congresso Regional de Autoridades Locais para o Desenvolvimento de Assentamentos Humanos na Ásia e no Pacífico, realizado na Cidade de Yokohama, Japão, em 1982, sob o patrocínio da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat) e da Cidade de Yokohama, destacou a necessidade de reforçar a cooperação e a ligação eficaz entre autoridades locais para o desenvolvimento de assentamentos humanos e de promover a consulta entre estas e organizações não-governamentais;

CONSIDERANDO que os participantes no Segundo Congresso de Autoridades Locais para o Desenvolvimento de Assentamentos Humanos na Ásia e no Pacífico, realizado na Cidade de Nagoya, Japão, organizado conjuntamente pela ESCAP e pela Cidade de Nagoya, acordaram, através da Declaração de Nagoya adotada em 27 de julho de 1987, o estabelecimento da Rede Regional de Autoridades Locais para a Gestão de Assentamentos Humanos;

CONSIDERANDO que a Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, na sua quadragésima quarta sessão realizada em Jacarta, Indonésia, em 1988, endossou a Declaração de Nagoya, e desde então as atividades iniciais sob a referida Rede foram executadas com sucesso pela ESCAP com apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com base nas iniciativas e contribuições dos organismos participantes iniciais da Rede;

RECONHECENDO o papel promocional da ESCAP no estabelecimento da referida Rede e, assim, desejando manter uma ligação estreita com a ESCAP para garantir a implementação eficaz das atividades e reforçar o seu estatuto internacional;



NÓS, representantes de autoridades municipais, organizações não-governamentais, institutos e agências, a fim de formalizar o estabelecimento e a adesão à Rede de Autoridades Locais para a Gestão de Assentamentos Humanos na Ásia e no Pacífico, ORDENAMOS esta Carta, neste segundo dia de novembro de 1989, na Cidade de Xangai, República Popular da China.

ARTIGO I

NOME, LOCALIZAÇÃO, OBJETIVOS E FUNÇÕES

Secção 1: Nome

Esta entidade será designada por Rede Regional de Autoridades Locais para a Gestão de Assentamentos Humanos (doravante referida como "a Rede").

Secção 2: Acrónimo

O acrónimo da Rede será CITYNET.

Secção 3: Estatuto

A Rede será uma associação internacional sem fins lucrativos.

Secção 4: Sede

O Conselho Geral da Rede decidirá a localização da sede da Rede numa cidade de um dos seus membros.

Secção 5: Objetivos

Os objetivos gerais da Rede serão:

- (a) Promover a compreensão mútua e estabelecer cooperação técnica na região da Ásia e do Pacífico, entre cidades membros, incluindo organizações não-governamentais, instituições e agências relevantes;
- (b) Fortalecer as capacidades institucionais e técnicas das cidades membros, bem como das organizações não-governamentais na região, na gestão eficaz de assentamentos humanos.

Secção 6: Funções

Para alcançar os seus objetivos, a Rede terá como função principal:

- a) Promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento entre os membros da Rede, para a troca de experiências e informações no campo do desenvolvimento e gestão de assentamentos humanos;
- b) Promover a cooperação técnica entre os membros da Rede em países desenvolvidos e aqueles em países em desenvolvimento e desenvolvidos na região, no campo do desenvolvimento e gestão de assentamentos humanos. O termo "países em desenvolvimento" na região da Ásia e do Pacífico não inclui Austrália, Japão ou Nova Zelândia.

Secção 7: Atividades

Para cumprir as funções acima, a Rede organizará programas de serviços de consultoria técnica, formação, visitas de estudo, estudos de investigação, preparação e disseminação de documentação sobre experiências de desenvolvimento e troca de informações no campo do desenvolvimento e gestão de assentamentos humanos, nos quais os membros



da Rede participarão; também desenvolverá e manterá uma base de dados regional e publicará um boletim informativo.

A Rede poderá também organizar quaisquer outras atividades consideradas necessárias de tempos a tempos, para alcançar os seus objetivos.

ARTIGO II

DEFINIÇÃO DE CIDADE E REGIÃO

Secção 1: A Cidade

O termo "cidade" incluirá qualquer autoridade local urbana.

Secção 2: A Região da Ásia e do Pacífico

Nesta Carta, o termo "região da Ásia e do Pacífico" será entendido como abrangendo todos os países e territórios situados na região da Ásia e do Pacífico que sejam, ou que venham a ser, membros ou membros associados da ESCAP.

ARTIGO III

ORGANIZAÇÃO

Secção 1: Organização

Para a administração da Rede, haverá um Conselho Geral, um Comité Executivo, um Secretário-Geral e centros regionais e comités ad hoc que possam ser estabelecidos pela Rede para alcançar os seus objetivos. A Rede poderá criar qualquer número de comités, incluindo um Comité Eleitoral, para alcançar os seus objetivos. O Comité Eleitoral será responsável pela condução da eleição de todos os cargos e titulares da Rede previstos nesta Carta.

Secção 2: Personalidade Jurídica

A Rede será registada nos países dos seus membros como uma pessoa jurídica, de acordo com as leis aplicáveis do país em questão.

ARTIGO IV

MEMBROS

Secção 1: Composição

A Rede será composta por membros plenos, membros associados, membros individuais e membros corporativos. Os membros plenos serão compostos por autoridades municipais na região da Ásia e do Pacífico. Os membros associados incluirão organizações não-governamentais, instituições, agências, indivíduos e corporações relevantes, de dentro e fora da região. As autoridades municipais de fora da região da Ásia e do Pacífico também poderão tornar-se membros associados. Um membro associado não terá direito a voto nas reuniões do Conselho Geral, exceto na eleição dos membros do Comité Executivo. Os membros individuais e corporativos não terão



direito a voto nas reuniões do Conselho Geral nem serão elegíveis para ocupar qualquer cargo ou posição criada por esta Carta.

Secção 2: Elegibilidade

Quaisquer autoridades municipais, organizações não-governamentais, instituições, agências, indivíduos e corporações cujos objetivos e atividades promovam os objetivos da Rede serão elegíveis para a adesão à Rede e para a adesão ao Comité Executivo, exceto os membros individuais e corporativos, que não serão elegíveis para ocupar qualquer cargo ou posição criada por esta Carta.

Secção 3: Admissão

A admissão como membro pleno, associado, individual e corporativo será decidida pelo Comité Executivo. A candidatura à adesão será endereçada ao Secretário-Geral por um representante devidamente acreditado da entidade que solicita a adesão. A adesão tornar-se-á efetiva na data da sua aprovação. Um candidato que não seja aceite como membro terá o direito de recorrer ao Conselho Geral, que tomará uma decisão na sua próxima reunião, sendo a sua decisão final.

Secção 4: Representantes Acreditados

Os presidentes de câmara ou seus equivalentes e os líderes de organizações não-governamentais, agências e instituições serão os representantes devidamente acreditados para a Rede. Os representantes acreditados podem designar representantes para participar em reuniões em seu nome. Os representantes acreditados também podem designar um ponto focal ou pessoa de contacto a quem os assuntos da Rede possam ser delegados para ação apropriada.

Secção 5: Membro Honorário

O Conselho Geral poderá conferir a qualidade de membro honorário a indivíduos que tenham feito contribuições distintas para a Rede ou para a promoção da gestão de assentamentos humanos a nível local na região.

Secção 6: Presidente Emérito da CityNet

O Conselho Geral poderá conferir o estatuto de "Presidente Emérito" a um Membro Pleno da Cidade que tenha servido como Cidade Anfitriã da Rede CityNet e que tenha feito contribuições distintas e notáveis para a Rede como Cidade Anfitriã e como Membro da Rede.

ARTIGO V CONSELHO GERAL

Secção 1: Composição

O Conselho Geral será constituído pela reunião de membros plenos e associados, conforme definido no Artigo IV, Secção 1.

Secção 2: Reunião do Conselho Geral

O Conselho Geral será convocado pelo Presidente para se reunir uma vez a cada quatro anos, num local e data apropriados a determinar pelo Comité Executivo. Todas essas reuniões serão convocadas e denominadas como o Congresso da Rede de Autoridades



Locais para a Gestão de Assentamentos Humanos. O Conselho Geral também poderá reunir-se em sessão extraordinária mediante convocação do Comité Executivo ou a pedido específico de metade dos membros da Rede.

Secção 3: Presidente do Conselho Geral

O Conselho Geral, em cada sessão regular, elegerá um Presidente e um primeiro e segundo Vice-Presidentes. Estes manterão o cargo até à próxima sessão regular do Conselho Geral. O Presidente, ou na sua ausência, o Primeiro Vice-Presidente, presidirá às reuniões do Conselho Geral. Na ausência de ambos, o Segundo Vice-Presidente presidirá.

Secção 4: Poderes do Conselho Geral

O Conselho Geral estabelecerá as políticas da Rede. Reverá e avaliará as atividades da Rede e a extensão dos recursos financeiros disponíveis para a Rede. Aprovará planos de trabalho a médio prazo numa base quadrienal para a Rede e avaliará a implementação desses planos. Elegerá os membros do Comité Executivo, o Secretário-Geral, o Auditor e o Comité Eleitoral para conduzir as eleições para todos os cargos e titulares da Rede previstos nesta Carta.

Secção 5: Resolução de Questões e Quórum

Sujeito ao Artigo VIII, Secção 2, as decisões do Conselho Geral serão tomadas por consenso ou, quando isso não for possível, por maioria dos membros plenos presentes e votantes. Cada membro pleno terá direito a um voto. O quórum para o Conselho Geral será de um terço do total dos seus membros, desde que este terço inclua pelo menos metade dos seus membros plenos.

ARTIGO VI COMITÉ EXECUTIVO

Secção 1: Composição

O Comité Executivo será composto pelo Presidente do Conselho Geral, os dois Vice-Presidentes, o Presidente Emérito e nove outros membros, dos quais pelo menos cinco serão membros plenos e os restantes poderão ser membros associados, conforme definido no Artigo IV, Secção 1. O Comité Executivo incluirá, não obstante a Secção 5 deste artigo, um representante da autoridade municipal anfitriã que fornece instalações à Secretaria da Rede. O Presidente Emérito e a autoridade municipal anfitriã terão, como membros do comité, os mesmos direitos e privilégios que os outros membros do comité. Na eleição dos membros do Comité Executivo, procurar-se-á uma ampla representação geográfica.

Secção 2: Representação Única

Cada membro do Comité Executivo terá apenas um representante.

Secção 3: Presidente e Vice-Presidente

O Comité Executivo será presidido pelo Presidente. O Comité Executivo elegerá, entre os seus membros, um Vice-Presidente que assistirá o Presidente e atuará na sua ausência durante as reuniões do comité ou na condução dos negócios do comité.



Secção 4: Mandato

Sujeito à disposição da Secção 5 deste artigo, um membro do Comité Executivo manterá o cargo por um período de quatro anos. Se, durante o seu mandato, algum membro do Comité Executivo deixar de ser o representante acreditado da respetiva autoridade ou organização, deixará de ser membro do Comité Executivo. Nesse caso, o Comité Executivo poderá cooptar um membro substituto nomeado pela mesma autoridade ou organização, que manterá o cargo pelo restante do mandato do seu antecessor.

Secção 5: Eleição

Os membros do Comité Executivo serão eleitos pelo Conselho Geral por um mandato de quatro anos e serão elegíveis para reeleição.

Secção 6: Poderes e Funções

O Comité Executivo será responsável pela execução das políticas estabelecidas pelo Conselho Geral. Formulará programas de trabalho bienais para a Rede de acordo com os planos a médio prazo adotados pelo Conselho Geral. Angariará os fundos necessários para o funcionamento da Rede. Poderá também tomar as ações e medidas consideradas apropriadas no interesse da Rede.

Secção 7: Reuniões

O Presidente, na sua qualidade de presidente do Comité Executivo, convocará as reuniões do Comité Executivo. O Comité Executivo reunir-se-á pelo menos uma vez a cada dois anos numa cidade que seja conveniente. As decisões do Comité Executivo serão tomadas por maioria de votos dos seus membros presentes.

Secção 8: Consultores

O Comité Executivo poderá nomear especialistas individuais como seus consultores técnicos e poderá convidá-los a participar nas suas reuniões.

ARTIGO VII SECRETARIA

Secção 1: Composição

A Secretaria da Rede será liderada por um Secretário-Geral, que poderá ser assistido por um Subsecretário-Geral e por pessoal da secretaria.

Secção 2: Eleição, Mandato e Condições de Serviço

O Secretário-Geral será eleito pelo Conselho Geral por um mandato de quatro anos ou por um mandato não superior a quatro anos, conforme o Conselho Geral considerar adequado. O procedimento para a eleição dos candidatos ao cargo de Secretário-Geral será estabelecido pelo Comité Executivo, pelo menos um ano antes da reunião do Conselho Geral. Os termos e condições de serviço que regem todo o pessoal da Secretaria, incluindo o Secretário-Geral, serão também estabelecidos pelo Comité Executivo. O Secretário-Geral nomeará e dispensará o pessoal da Secretaria, sujeito a ratificação pelo Comité Executivo.



Secção 3: Responsabilidades

O Secretário-Geral será responsável perante o Comité Executivo e o Conselho Geral por:

- a) Administração das atividades da Secretaria;
- b) Execução das decisões e instruções do Conselho Geral e do Comité Executivo;
- c) Coordenação de quaisquer comités permanentes;
- d) Preparação e apoio às reuniões do Conselho Geral e do Comité Executivo;
- e) Comunicações relativas às atividades da Rede;
- f) Apresentação de um relatório anual sobre as atividades da Rede ao Comité Executivo no final do ano;
- g) Preparação de planos a médio prazo e programas de trabalho bienais.

Secção 4: Outras Funções

O Secretário-Geral atuará também como Tesoureiro da Rede e, nessa qualidade, será responsável perante o Comité Executivo por:

- a) Manutenção das contas financeiras para auditoria anual. Para este fim, o Comité Executivo poderá autorizar o Secretário-Geral a contratar os serviços de uma empresa independente para auditar e certificar as demonstrações financeiras da Rede, não obstante as disposições do Artigo IX, Secção 6 desta Carta.
- b) Apresentação de uma demonstração anual de contas;
- c) Apresentação, na sua reunião bienal, de estimativas financeiras para o período bienal seguinte.

ARTIGO VIII RETIRADA, SUSPENSÃO E TERMINAÇÃO

Secção 1: Retirada

Qualquer membro poderá retirar a sua adesão à Rede enviando ao Secretário-Geral uma notificação de retirada pelo seu representante acreditado, após a liquidação de quaisquer obrigações financeiras pendentes. A notificação deverá chegar ao Secretário-Geral antes de 30 de junho, para ser válida para o ano seguinte.

Secção 2: Suspensão

Qualquer membro cujo comportamento se revele incompatível com os objetivos da Rede poderá ter a sua adesão suspensa. Cada suspensão será decidida por maioria simples dos votos expressos na reunião do Comité Executivo. Um membro suspenso terá o direito de recorrer ao Conselho Geral, e a decisão será tomada por uma maioria de dois terços dos votos expressos.

Secção 3: Terminação

1. Um membro cuja adesão esteja suspensa por um período de um ano ou mais, nos termos da Secção 2 deste artigo, cessará automaticamente de ser membro da Rede, salvo se tal suspensão for anteriormente revogada pelo Comité Executivo.
2. Um membro cujo comportamento se revele incompatível com os objetivos da Rede estará, não obstante a Secção 3 (1), sujeito à terminação da adesão. Tal terminação será decidida por maioria simples dos votos expressos na reunião do Comité Executivo. Um membro terminado terá o direito de recorrer ao Conselho



Geral, e qualquer decisão que permita tal recurso será tomada por uma maioria de dois terços dos votos expressos.

ARTIGO IX

RECURSOS DA REDE

Secção 1: Recursos Financeiros

Os recursos financeiros da Rede compreenderão:

- a) As quotas de adesão dos membros plenos;
- b) As subscrições dos membros associados;
- c) As taxas de admissão e subscrições de membros individuais e corporativos;
- d) Contribuições voluntárias dos membros;
- e) Fundos recebidos de governos de estados, de organizações internacionais e nacionais, e de instituições e organizações privadas aprovadas;
- f) Rendimento de atividades, como a venda de publicações e contratos.

Secção 2: Outros Recursos

A Rede poderá também receber contribuições de natureza não financeira.

Secção 3: Quotas de Adesão

As quotas de adesão dos membros plenos serão determinadas pelo Conselho Geral, considerando a capacidade financeira dos membros. Essas quotas serão pagáveis no início de cada ano fiscal, em moedas a determinar pelo Comité Executivo.

Contudo, o Comité Executivo poderá, a seu critério exclusivo, isentar, reduzir ou comutar, por qualquer período de tempo ou de outra forma, a quota anual pagável por qualquer membro, para aliviar dificuldades económicas e financeiras de qualquer membro ou membros, ou para corrigir qualquer anomalia.

Secção 4: Subscrições

As subscrições dos membros associados, as taxas de admissão e subscrições de membros individuais e corporativos serão decididas pelo Comité Executivo, com base na natureza e na capacidade financeira dos membros associados, individuais e corporativos.

Secção 5: Ano Fiscal da Rede

O ano fiscal da Rede começará no primeiro de janeiro e terminará no trigésimo primeiro de dezembro de cada ano.

Secção 6: Contas da Rede

As contas da Rede serão auditadas anualmente por um auditor autorizado.

Secção 7: Revisão Financeira

O Conselho Geral, em cada sessão, revisará o estado dos recursos da Rede com base no relatório do Secretário-Geral e fará as recomendações que considerar apropriadas para garantir que os recursos adequados e oportunos estejam sempre disponíveis para a Rede para a implementação dos seus programas.



Secção 8: Política Fiscal da Rede

A Rede será administrada numa base económica e financeira sólida.

ARTIGO X

ASSUNTOS JURÍDICOS

Secção 1: Oficial Autorizado

Os assuntos jurídicos que comprometam a Rede serão conduzidos em seu nome pelo Presidente ou pelo Secretário-Geral mediante autorização apropriada indicada numa decisão apropriada do Comité Executivo.

Secção 2: Atestação e Assinatura de Documentos

Quaisquer documentos do Conselho Geral ou do Comité Executivo, se assinados pelo Presidente ou pelo Secretário-Geral, serão considerados devidamente assinados em nome do Conselho Geral ou do Comité Executivo sem necessidade de prova adicional.

Secção 3: Selo Comum

A Rede terá um selo comum, e este selo estará sob a custódia do Secretário-Geral, sendo afixado na presença do Presidente e do Secretário-Geral.

Secção 4: Política da Rede sobre Disputas

Será política da Rede resolver amigavelmente qualquer disputa decorrente das suas transações e operações comerciais. O recurso a litígios judiciais será utilizado apenas se a arbitragem e outros modos de resolução amigável de disputas falharem.

ARTIGO XI

RELAÇÕES COM A COMISSÃO ECONÓMICA E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ÁSIA E O PACÍFICO (ESCAP)

Secção 1: Relações com a ESCAP

A Rede estabelecerá e manterá uma relação consultiva, cooperativa e de trabalho estreita com a ESCAP.

Secção 2: Modalidades de Relacionamento

A Rede poderá celebrar um acordo com a ESCAP sobre as modalidades desse relacionamento.

Secção 3: Cooperação com a ESCAP

A Rede poderá solicitar assistência da ESCAP na formulação do seu programa de trabalho e propostas de projetos e na implementação de atividades destinadas a alcançar objetivos comuns à ESCAP e à Rede.

Secção 4: Relatório de Atividades

A Rede apresentará um relatório sobre as suas atividades ao Secretário Executivo da ESCAP todos os anos.



ARTIGO XII

RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS, AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Secção 1: Outras Relações da Rede

A Rede poderá estabelecer e manter as relações que considerar apropriadas com outros órgãos das Nações Unidas, agências especializadas e outras instituições internacionais, particularmente associações internacionais de autoridades locais que possam ser afiliadas à Rede.

ARTIGO XIII

CAPÍTULOS NACIONAIS

Secção 1: Estabelecimento de Capítulos Nacionais

O Comité Executivo da Rede poderá aprovar a criação de Capítulos Nacionais da Rede, sujeito a e mediante os termos e condições que a Rede determinar.

Secção 2: Adesão aos Capítulos Nacionais

A adesão a um Capítulo Nacional será limitada a autoridades municipais, organizações não-governamentais, instituições e agências que sejam membros acreditados da Rede e que estejam localizados na área do país onde o Capítulo Nacional for estabelecido. Contudo, a adesão poderá ser concedida a qualquer outra autoridade municipal, organização não-governamental, instituição ou agência, a critério exclusivo da Rede, mediante recomendação do Capítulo Nacional.

Secção 3: Organização

Para a administração do Capítulo Nacional, haverá um Centro Nacional; esse Capítulo Nacional poderá ter qualquer número de subcentros e poderá estabelecer e/ou constituir o número de comités ou subcomités que considerar necessário para o desempenho das suas funções e deveres.

Secção 4: Personalidade Jurídica

O Capítulo Nacional será registado no país do seu estabelecimento como uma pessoa jurídica, de acordo com a lei desse país.

Secção 5: Poderes e Funções

Cada Capítulo Nacional será responsável pela execução das políticas do Capítulo e poderá estabelecer as suas próprias regras e regulamentos para a condução dos seus assuntos, desde que tais regras e regulamentos sejam nulos na medida em que sejam inconsistentes com a Carta da Rede.

Secção 6: Delegação de Funções

A Rede poderá delegar e autorizar qualquer Capítulo Nacional a empreender e desempenhar qualquer das suas funções e atividades, sujeito a e mediante os termos e condições que forem decididos pela Rede.



Secção 7: Dissolução

O Capítulo Nacional poderá ser dissolvido da seguinte forma:

- (I) O Comité Executivo poderá rescindir o estabelecimento de um Capítulo Nacional a qualquer momento sem necessidade de justificar a causa, e tal rescisão não estará sujeita a revisão por qualquer tribunal de qualquer país. No entanto, em circunstâncias excepcionais, a Rede poderá exigir que a causa seja apresentada antes de rescindir o estabelecimento de qualquer Capítulo Nacional. A Rede não será obrigada a indemnizar o Capítulo Nacional dissolvido por qualquer perda ou dano decorrente dessa dissolução.
- (II) A dissolução do Capítulo Nacional poderá ser decidida pelo Capítulo Nacional convocado para esse fim, com uma maioria de três quartos dos votos dos membros do Capítulo Nacional presentes e votantes nessa reunião.
-

ARTIGO XIII ADOPÇÃO DA CARTA

Secção 1: Número Mínimo de Signatários

Haverá pelo menos dez membros plenos como signatários para a adoção desta Carta, e esta tornar-se-á imediatamente efetiva após a sua adoção.

ARTIGO XIV ALTERAÇÃO DA CARTA

Secção 1: Decisões sobre Alterações

A presente Carta poderá ser alterada pelo Conselho Geral na sua reunião por uma maioria de dois terços dos membros plenos do Conselho Geral presentes e votantes.

Secção 2: Entrada em Vigor das Alterações

Qualquer alteração da Carta torna-se efetiva imediatamente após a sua adoção pelo Conselho Geral.

ARTIGO XV DISSOLUÇÃO

Secção 1: Proclamação do Conselho Geral

A dissolução da Rede poderá ser proclamada pelo Conselho Geral convocado para esse fim, com um voto de três quartos dos membros plenos da Rede presentes e votantes nessa reunião.

Secção 2: Liquidação de Ativos

Em caso de dissolução, os ativos da Rede serão alocados de acordo com os desejos específicos do Conselho Geral, a uma organização com um propósito semelhante ou a outros destinatários considerados adequados para cumprir os objetivos da Rede.



Nota:

A alteração da Carta entrou em vigor imediatamente após a sua adoção pelo Segundo Conselho Geral em 22 de novembro de 1993.

A alteração da Carta entrou em vigor imediatamente após a sua adoção pelo Terceiro Conselho Geral em 25 de novembro de 1997.

A alteração da Carta entrou em vigor imediatamente após a sua adoção pelo Quarto Conselho Geral em 1 de novembro de 2001.

A alteração da Carta entrou em vigor imediatamente após a sua adoção pelo Quinto Conselho Geral em 13 de outubro de 2005.

A alteração da Carta entrou em vigor imediatamente após a sua adoção pelo Oitavo Conselho Geral em 7 de novembro de 2017.

A alteração da Carta entrou em vigor imediatamente após a sua adoção pelo Nono Conselho Geral em 22 de setembro de 2022.



Rede Regional de Autoridades Locais para a Gestão de Assentamentos Humanos (CITYNET)

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira

31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em dólares das Nações Unidas)

ATIVOS

Ativos Correntes

Caixa e equivalentes de caixa: 694.103,94 (2022) | 599.671,37 (2021)

Instrumentos financeiros de curto prazo: 63.950,32 | 67.680,11

Contas a receber: 53.678,89 | 215.235,85

Despesas antecipadas: 17.467,56 | 18.880,20

Outros ativos correntes: 838,36 | 295,07

Total de ativos correntes: 830.039,07 | 901.762,60

Ativos Não Correntes

Ativo de plano de benefícios: - | -

Ativos tangíveis: 527,26 | 998,35

Ativos intangíveis: 0,79 | 0,84

Total de ativos não correntes: 528,05 | 999,19

Total do ativo: 830.567,12 | 902.761,79

PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS

Passivos Correntes

Fornecedores e contas a pagar: 9.260,90 | 33.354,05

Outros passivos: 5.956,21 | 9.277,76

Total de passivos correntes: 15.217,11 | 42.631,81



Passivos Não Correntes

Indemnizações por cessação acumuladas, líquidas: 57.948,11 | 6.649,98

Total de passivos não correntes: 57.948,11 | 6.649,98

Total do passivo: 73.165,22 | 49.281,79

Fundos próprios: 757.401,90 | 853.480,00

Total do passivo e dos fundos próprios: 830.567,12 | 902.761,79

